

desenvolvimento da fruticultura). O volume disponibilizado para o Prodecoop na safra 2004/2005 foi de R$553 milhões, mas só foram aplicados até agora (julho/2004 a abril/2005) R$243 milhões. Para o Prodefruta, foram destinados R$200 milhões na safra 2004/2005, e aplicados, até agora, R$63 milhões.

O CMN também estendeu para 29 de julho o prazo para que os produtores solicitem junto aos bancos a prorrogação das dívidas de investimento. O prazo para habilitação era abril e maio. A Secretaria de Política Agrícola estima que o valor potencial em empréstimos para investimentos é de R$3 bilhões.

Cronologia da dívida rural

NOVEMBRO DE 1995

• Lei n° 9.138 autoriza a renegociação das dívidas até R$200 mil;
• A securitização beneficia 300 mil agricultores, com débitos acumulados de R$ 7 bilhões;
• Dívidas repactuadas para 7 anos, com prestações anuais e carência de dois anos;
• Redução dos juros anuais de 8% a 20% para 3%

1997
• Vencimento da primeira parcela: taxa de adimplência = 50%.

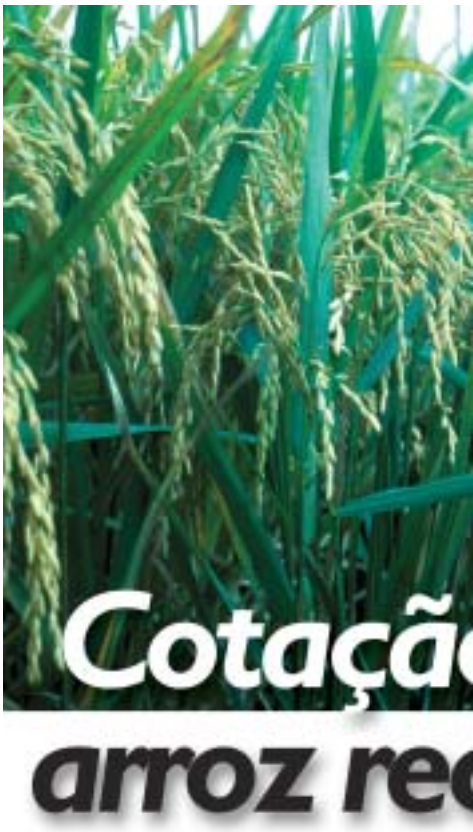
FEVEREIRO DE 1998
• Taxa de adimplência na securitização = 30%;
• CMN cria o Programa Especial para Saneamento de Ativos, para dívidas acima de R$ 200 mil;
• O PESA beneficia 50 mil produtores, com débitos acumulados de R$ 4 bilhões;
• Prazos de pagamento entre 7 a 20 anos;
• Juros: 8% ao ano para dívidas de até R$500 mil; 9% ao ano mais IGPM para dívidas de R$500 mil a R$1 milhão; 10% ao ano mais IGPM para dívidas acima de R$1 milhão.

SETEMBRO DE 1998
• MP no. 1715, de 03 de setembro de 1998

OUTUBRO DE 2001
• Dívidas com pagamento em dia e inferiores a R$200 mil, prorrogadas de 2002 para 2005, a juros de 3% ao ano;
• Abatimento de 25% a 30% para o agricultor quitar toda a dívida;
• Dívidas de R$200 mil a R$500 mil: juros de 3% ao ano, mais correção de 9,5% do IGPM;
• Dívidas de R$500 mil a R$1 milhão: juros de 4% ao ano, mais correção de 9,5% do IGPM;
• Dívidas acima de R$1 milhão: juros de 5% ao ano, mais correção de 9,5% do IGPM.

2002
• Lei n° 10.437 alonga os prazos da securitização para 2025;
• Das dívidas da securitização, R$1,74 bilhão foi renegociado.

2004
• Proposta para renegociar dívidas acumuladas de R$12,3 bilhões para 1 milhão de produtores.



Perda chega a R$ 463 milhões, segundo produtores

O preço do arroz teve significativa queda na safra 2004/05. Cálculo da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul (Federarroz), com base na diferença entre custo de produção e preço de venda, aponta prejuízo para os produtores do Estado, de R$1,7 bilhão, neste ano. Para a Associação dos Produtores de Arroz do Mato Grosso (APA-MT), a conta resulta em perda de R$463 milhões. A crise nos preços afeta municípios gaúchos dependentes da cultura e muitos postos de trabalho nas lavouras de arroz estão desaparecendo.

Até 2003, o Brasil importava arroz da Argentina, do Uruguai, dos EUA e da Tailândia para suprir a demanda interna. O estímulo à produção e o aumento da produtividade levaram o Brasil a obter auto-suficiência em 2004. Em 2005, a oferta cresceu, diante de uma produção



o baixa do duz ganhos

de 12,8 milhões de toneladas, somadas a mais 1,5 milhão de toneladas do estoque de passagem. Além disso, está prevista a importação de mais 1,15 milhão de toneladas. O consumo nacional se situa na casa dos 12,5 milhões de toneladas. Isso significa que a sobra ficará próxima de 2,7 milhões de toneladas no País.

Os arrozeiros se mobilizaram para fechar as fronteiras e suspender a comercialização do produto no mercado interno. O governo federal lançou o Prêmio de Risco para aquisição de arroz em casca oriundo do contrato privado de opção de venda para RS e SC. Mesmo assim, os preços continuaram enfraquecidos.

O mapa da produção do cereal mudou. A região centro-oeste participa com cerca de 20% a 25% na área plantada e produção nacional, praticamente o dobro de alguns anos atrás. A região sul permanece estável, entre 60% e 65% da área e produção. Já a Argentina e o Uruguai, de 1990 para cá, passaram, respectivamente, de 88 mil para 174 mil hectares, e de 100 mil para 195 mil hectares.

No sul, a posição dos arrozeiros leva em conta a atual queda nas cotações, a quebra na safra devido à seca e ainda a concorrência das importações, para que a venda do produto tenha por base pelo menos o custo de produção, calculado pelo Instituto Riograndense do Arroz em R$30,68 a saca. As principais medidas solicitadas ao governo federal são:

1. Aquisição via AGF e EGF de 1,5 milhão de toneladas, que absorverá R$900 milhões;
2. Suspensão dos pagamentos das operações de crédito rural mediante apresentação - como garantia - de recibo de depósito de arroz em armazéns públicos ou privados, no valor de R$30,00 a saca;
3. Manutenção das barreiras fitossanitárias nas fronteiras de livre comércio entre Uruguai e Argentina, e só permitir a entrada do produto pelos postos aduaneiros;
4. Fazer acordo da cadeia produtiva para fixar a saca de 50 Kg em R$30,00;
5. Ampliar a utilização do arroz na merenda escolar e no programa "sacolão";
6. Incentivar o consumo nacional do grão.

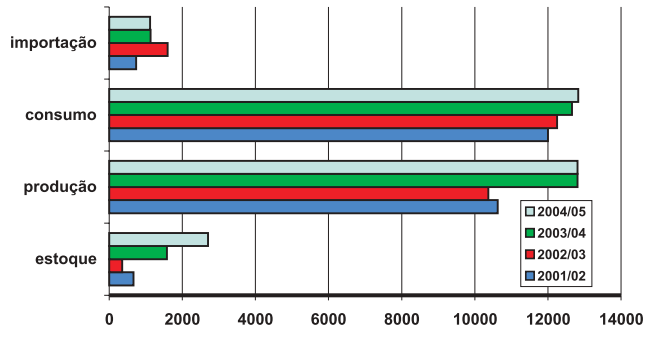
Já a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz decidiu reforçar o pedido ao Governo Federal para aumentar o controle fitossanitário e de pesagem do arroz importado dos países do Mercosul, que chega ao Brasil pelas fronteiras no Rio Grande do Sul.

Outra proposta é a implantação de leilões de Prêmio de Risco de Opções Privadas, para leiloar 1,1 milhão de toneladas de arroz até setembro, com um investimento de R$80 milhões. O preço de referência negociado entre os representantes da área governamental e do setor privado nesses leilões é de R$27 a saca de 50 quilos. A intenção é aumentar o ganho dos produtores, que sofrem com uma queda de 30% a 35% em relação ao preço pago no mesmo período do ano passado.

Para incentivar o consumo do produto combinado com feijão, a idéia é realizar uma campanha de marketing, com a chancela do Governo Federal, para reforçar os benefícios nutricionais dos dois produtos. Com o slogan: "O Par Perfeito do Brasil", a campanha seria vinculada durante um mês nos principais meios de comunicação do País.

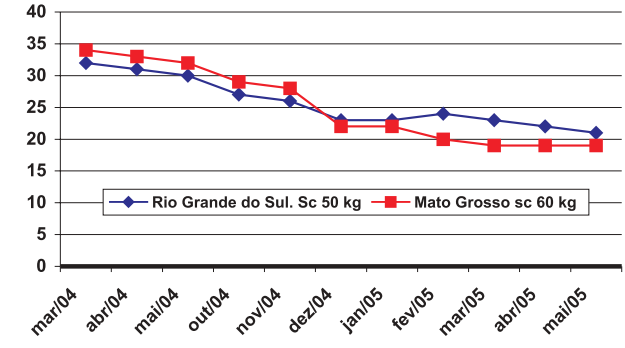
Paralelamente, as margens de lucros das indústrias se estreitam e forçam a busca por mercados de qualidade mais baixa. A Camil, que em 2004 faturou R$726 milhões com a produção de 420 mil toneladas, espera receita entre R$660 milhões e R$680 milhões este ano, com 450 mil toneladas. A Josapar, que lucrou R$25 milhões em 2004, quando produziu 360 mil toneladas, espera manter oferta e ter menos lucro com os preços baixos. Há pressão dos supermercados para baixar os preços, e a tendência é haver redução no varejo nos próximos meses.

Brasil: Balanço de oferta e demanda de arroz (mil t)



Fonte:CONAB

Preço do arroz ao produtor



Fonte:CONAB